



## **DECRETO Nº 40**

*de 18 de março de 2015*

**DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL - FMHIS E O CONSELHO GESTOR DO FMHIS, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1519 DE 16 DE MAIO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições contidas no artigo 76, inciso VII, da Lei Orgânica do Município:*

**DECRETA:**

### **Capítulo I.**

#### **DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

##### **Art. 1º..**

*O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, de natureza contábil, tem como objetivo centralizar e gerenciar as receitas previstas no art. 2º e 3º da Lei Municipal nº 1519 de 16 de maio de 2011, para as ações de planejamento e execução dos programas destinados a implementar políticas habitacionais de interesse social direcionadas à população de menor renda, visando a melhoria substantiva da sua qualidade de vida.*

##### **Seção I. Dos Recursos do FMHIS**

##### **Art. 2º..**

*Constituem receitas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social:*

**I.**

*dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;*

**II.**

*outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHIS;*

**III.**

*recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;*

**IV.**

*contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;*

**V.**

*receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS;*

**VI.**

*outros recursos que lhe vierem a ser destinados.*

**Seção II.**

*Das Aplicações dos Recursos do FMHIS*

**Art. 3º..**

*As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:*

**I.**

*aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;*

**II.**

*produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;*

### **III.**

*urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;*

### **IV.**

*implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;*

### **V.**

*aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;*

### **VI.**

*recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;*

### **VII.**

*Elaboração de material informativo com o objetivo de dar publicidade as formas e critérios de acesso a programas habitacionais em conformidade ao Plano Municipal Habitacional de Interesse Social do município, bem como informações que permitam o acompanhamento e fiscalização, pela sociedade, das ações realizadas.*

### **VIII.**

*outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho-Gestor do FMHIS.*

### **1°.**

*Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais. § 2° A aplicação dos recursos do FMHIS em áreas urbanas deve submeter-se à política de desenvolvimento urbano expressa no plano diretor municipal.*

### **Seção III.**

#### *Das Diretrizes Gerais dos Programas de Habitação*

#### **Art. 4º..**

*Na formulação de programas e projetos com recursos do FMHIS deverão ser observadas as seguintes diretrizes gerais:*

#### **I.**

*concessão de subsídios para a população de renda familiar de até 03 (três) salários mínimos, com prioridade para aquelas de até 1 (um) salário mínimo;*

#### **II.**

*concessão de subsídio, com aplicação de recursos a fundo perdido, para a população que se encontra em situação de extrema carência ou vulnerabilidade social;*

#### **III.**

*ação integrada de órgãos e instituições que objetivem o encaminhamento de soluções habitacionais e a melhoria da qualidade de vida das populações de baixa renda;*

#### **IV.**

*projetos que prevejam a sustentabilidade ambiental;*

#### **V.**

*a população beneficiada não deve ser proprietária, promitente compradora, arrendatária ou concessionária de outro imóvel residencial e o beneficiário favorecido com subsídio pelo Programa será contemplado apenas uma vez;*

#### **VI.**

*inserção do beneficiário em um sistema de cadastro municipal de beneficiários de Programas Habitacionais de Interesse Social;*

## **Capítulo II.**

### *DO CONSELHO GESTOR DO FMHIS*

#### **Seção I.**

##### *Da Composição do Conselho Gestor*

#### **Art. 5º..**

*O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será gerido por um Conselho Gestor, integrado paritariamente por membros do Poder Público e da sociedade civil.*

#### **Art. 6º..**

*O Conselho Gestor do FMHIS é órgão de caráter deliberativo e consultivo, integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social, composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, sendo 03 (três) membros representantes indicados pelo Poder Executivo Municipal e 03 (três) representantes indicado pela Sociedade Civil ligados à área de habitação, devendo ser garantida um Vi (um quarto) das vagas do Conselho a representantes de movimentos populares.*

#### **1º.**

*Os membros efetivos e os suplentes do Poder Executivo previstos neste artigo serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo.*

#### **2º.**

*Os membros representantes da sociedade civil organizada serão escolhidos pelas entidades ligadas à área de habitação que deverão indicar seus representantes, por escrito, através de ofício apresentado à Secretaria Municipal de Assistência Social, cujas designações dar-se-ão por decreto do Chefe do Poder Executivo.*

**3°.**

*A eleição, exceto a primeira, será convocada pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS por meio de edital, publicado em jornal de circulação regional, na página eletrônica do município e no mural da Secretaria Municipal de Assistência Social, trinta dias antes do término do mandato dos seus membros.*

**4°.**

*A primeira reunião do Conselho Gestor do FMHIS ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do ato de designação de seus membros.*

**5°.**

*A Presidência do Conselho Gestor será exercida pelo Secretário da Secretaria Municipal de Assistência Social que exercerá o voto de qualidade, sendo:*

**I.**

*atribuições do Presidente do Conselho Gestor:*

**a).**

*convocar e presidir as reuniões do colegiado;*

**b).**

*solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público ligados à área de habitação;*

**c).**

*firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções.*

**6°.**

*O mandato dos membros do Conselho Gestor será de 02 (anos) anos, permitida uma única recondução para igual período.*

**7°.**

*O Conselho Gestor reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, 1 (uma) vez a cada 6 (seis) meses, e extraordinariamente, sempre que for necessário e por convocação, efetuada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, do seu Presidente ou por requerimento de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.*

**8°.**

*As decisões do Conselho Gestor serão tomadas, mediante resoluções, por maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros, tendo seu Presidente o voto decisivo no caso de empate.*

**9°.**

*A participação no Conselho Gestor será considerada como de relevante interesse público do Município, sem vínculo laboral, vedada aos órgãos e entidades que o compõem e aos membros titulares e suplentes qualquer tipo de remuneração.*

**10**

*Poderão ser convidados a participar das reuniões do Conselho Gestor Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicos e privados, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como outros técnicos, sempre que da pauta constar tema de suas áreas de atuação.*

**11**

*O suplente substituirá o titular em suas faltas e impedimentos justificados e o sucederá para lhe completar o mandato no caso de vacância.*

## **Seção II.**

*Da Competência do Conselho Gestor*

## **Art. 7º..**

*Ao Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social -FMHIS compete:*

### **I.**

*estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto neste Regulamento, na Lei Municipal nº 1519, de 16 de maio de 2011, na política e no plano municipal de habitação;*

### **II.**

*estabelecer parâmetros de priorização e as condições e procedimentos para a seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), no âmbito do município.*

### **III.**

*aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;*

### **IV.**

*fixar critérios para a priorização de linhas de ações;*

### **V.**

*deliberar sobre as contas do FMHIS, examiná-las e aprová-las, disciplinando e fiscalizando a aplicação dos seus recursos;*

### **VI.**

*dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;*

### **VII.**

*possibilitar ampla informação à população e às instituições públicas e privadas sobre temas e questões atinentes à política habitacional de interesse social desenvolvida com os recursos do FMHIS, de modo a permitir a participação da sociedade civil nas ações;*

## **VIII.**

*promover audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes;*

## **IX.**

*elaborar, revisar e aprovar seu regimento interno;*

## **X.**

*exercer as demais atribuições indispensáveis à supervisão do FMHIS.*

### **1º.**

*As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e do Conselho Gestor Estadual nos casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais e estaduais, respectivamente.*

### **2º.**

*Os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, previstos no inciso II do caput deste artigo, deverão observar as orientações estabelecidas pelo Ministério das Cidades, conforme Portaria nº 595 de 18 dezembro de 2013, bem como suas alterações.*

### **3º.**

*O Conselho Gestor do FMHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.*

#### **4°.**

*Compete ao Presidente do Conselho Gestor autorizar pagamentos e transferências dos recursos do FMHIS, juntamente com o ordenador secundário.*

#### **5°.**

*Os saldos financeiros do FMHIS verificados no final de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.*

#### **6°.**

*Ao membro do Conselho é vedado:*

##### **I.**

*exercer o direito de voz e voto em qualquer ato ou matéria objeto do FMHIS em que tiver interesse pessoal conflitante, cumprindo-lhe cientificar os demais membros do Conselho de seu impedimento e fazer constar em ata a natureza e extensão do conflito de seu interesse;*

##### **II.**

*valer-se de informação sobre processo ainda não divulgado para obter vantagem para si ou para terceiros.*

#### **Art. 8°..**

*A administração orçamentária do FMHIS será desenvolvida de acordo com as normas de finanças públicas e de auditoria interna, devendo ser expedidos balancetes, balanços e outras demonstrações contábeis que atestem a aplicação dos recursos provenientes do Fundo.*

#### **Art. 8°..**

*O regimento interno do Conselho Gestor FMHIS será aprovado por resolução.*

### **Capítulo III.**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Art. 10.**

*Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social-FMHIS, exercendo as atribuições de Secretaria Executiva do Conselho Gestor FMHIS.*

**Art. 11.**

*Para cumprimento de suas funções, os gastos administrativos do Conselho Gestor FMHIS, incluindo as despesas com deslocamento e alimentação de seus membros, correrão à conta da dotação orçamentária do próprio Fundo.*

**Art. 12.**

*O Conselho Gestor do FMHIS, para melhor desempenho de suas funções poderá solicitar ao Poder Executivo e às entidades de classe a indicação de profissionais para prestar serviços de assessoramento ao Conselho, sempre que se fizer necessário, mediante prévia aprovação e obediência aos princípios e normas de licitação e contratação que regem a atuação do Poder Público.*

**Art. 13.**

*As dúvidas e os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Presidente do Conselho Gestor Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, ad referendum do Colegiado.*

**Art. 14.**

*Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.*

JARDIM - MS, 18 DE MARÇO DE 2015

DR. ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA  
PREFEITO  
MUNICIPAL

*Decreto Nº 40/2015 - 18 de março de 2015*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*